



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Atitudes face à democracia: Cabo Verde e Moçambique em perspetiva
comparada (2002-2012)**

Carla Djamila Marques Fernandes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre
em Ciência Política

Orientador:

Doutor José Manuel Leite Viegas, Professor Associado ISCTE- Instituto
Universitário de Lisboa

Outubro, 2014



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Atitudes face à democracia: Cabo Verde e Moçambique em perspetiva
comparada (2002-2012)**

Carla Djamila Marques Fernandes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre
em Ciência Política

Orientador:

Doutor José Manuel Leite Viegas, Professor Associado ISCTE- Instituto
Universitário de Lisboa

Outubro, 2014

Dedicado ao meu pai José

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Dr. José Manuel Leite Viegas, pela sua orientação, disponibilidade em aceitar este desafio, e pela sua ajuda em diversas fases desta dissertação.

A minha família: minha mãe, Maria Conceição, aos meus irmãos, Eloisa, Jeremias, Maria e Beatriz e ao meu namorado Gilson, que sempre me apoiaram durante os meus estudos.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização desta dissertação, colegas, professores e amigos.

E ao doutorando Viriato Queiroga, pela sua disponibilidade e ajuda.

A todos o meu muito obrigado.

Resumo

O presente estudo vai incidir sobre o tema das atitudes face à democracia em Cabo Verde e Moçambique numa perspetiva comparada.

O objetivo central desta pesquisa é descrever e analisar as atitudes dos cidadãos, nomeadamente o apoio, a satisfação com a democracia e a confiança nas instituições democráticas.

A preocupação da pesquisa é saber, após a transição para a democracia, o que pensam os cidadãos sobre a democracia e as suas instituições, uma vez que as atitudes face à democracia aparecem como uma dimensão importante da cultura política.

Pretende-se fazer uma análise comparada das atitudes nos dois países, procurando explicações das diferenças e das semelhanças nos processos políticos dos dois países. Para se atingirem estes objetivos definiu-se um quadro teórico e de hipóteses a que se seguiu o tratamento de dados, recolhidos do Afrobarómetro. Finalmente analisam-se os resultados para cada país e comparativamente.

.

Palavras-chave: *democracia, atitudes políticas, apoio á democracia, confiança nas instituições políticas*

Abstract

This study will lecture on the topic of attitudes towards democracy in Cape Verde and Mozambique in a comparative perspective.

The central objective of this research is to describe and analyze the attitudes of citizens, including support, satisfaction with democracy and trust in democratic institutions.

The concern of this research is to know, after the transition to democracy, what citizens think about democracy and its institutions, since attitudes to democracy appear as an important dimension of political culture.

In order to make a comparative analysis of the attitudes of the two countries, seeking explanations of differences and similarities, in the political processes of the two countries.

To achieve these goals a theoretical framework and hypotheses followed by the processing of data collected Afrobarometer set up. Finally, the results are analyzed and compared to each country.

Keywords: *democracy, political attitudes, support to democracy, trust in political institutions*

ÍNDICE GERAL

Índice de quadros	vi
Índice de gráficos	vii
Glossário de Siglas	viii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Estrutura do trabalho	2
1.2 Relevância científica, política e social	2
1.3 Breve contextualização do processo de democratização de Cabo Verde e Moçambique	3
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO, OBJECTIVOS E HIPÓTESES	6
1.2 Atitudes face à democracia	6
1.3 Objectivos da pesquisa	9
1.4 Hipóteses	10
CAPÍTULO II – CONCEPTUALIZAÇÃO	12
2.1 Atitudes	12
2.2 Democracia	12
2.3 Apoio à democracia	13
2.4 Satisfação com funcionamento da democracia	16
2.4.1 O apoio e a satisfação com a democracia em África	18
2.5 (Des) confiança face às instituições democráticas	19
III CAPÍTULO – METODOLOGIA	21
3.1 Tipo de investigação	21
3.2 Tipo de abordagem	22
3.3 Seleção de casos	22
3.3.1A descrição das variáveis	23
Variáveis dependentes (VD):	23
Variáveis independentes (VI)	23
3.3.2 Medição dos conceitos	24
3.3.2.1 Medindo a democracia	24
3.3.2.3 Medição da satisfação com democracia	26
3.3.2.4 Medição de confiança nas instituições	27

3.4 Plano de análise de dados	28
IV CAPÍTULO- COMPARAÇÃO EMPÍRICA ENTRE CABO VERDE E MOÇAMBIQUE	1
4.1 Evolução das atitudes face à democracia em Cabo Verde e Moçambique numa perspectiva longitudinal:	29
4.2 Atitudes face a democracia e a situação económica e política	36
4.3 Apoio a democracia segundo faixa etária e grau de instrução.....	37
4.4 Apoio à democracia e interesse pela política.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
BIBLIOGRAFIA	45
FONTES:.....	49

Índice de quadros

Quadro 1.1- Comparação política entre Cabo Verde e Moçambique	5
Quadro 3.1- Índice da democracia (2011).....	25
Quadro 4.1.1- Apoio à democracia em Cabo Verde e Moçambique, de 2002- 2011/12 (%).....	29
Quadro 4.1.2. – Satisfação com o funcionamento da democracia em 2002-2012 (%)..	31
Quadro 4.1.3- Correlação de Pearson -Satisfação com o funcionamento democracia e avaliação económica do país, Moçambique	32
Quadro 4.1.4- Correlação de Pearson -Satisfação com o funcionamento democracia e avaliação económica do país, Cabo Verde.....	32
Quadro 4.1.5- Confiança nas instituições de 2002-2012 (agregação das posições “Confia” e “Confia muito”).....	33
Quadro 4.2.1 – Avaliação da situação económica do país, e Apoio a democracia*, em Cabo Verde e em Moçambique (Coeficiente de correlação R de Spearman)	Erro!
Marcador não definido.	
Quadro 4.3.1 – Escolaridade e Apoio a democracia*, em Cabo Verde e em Moçambique (Coeficiente de correlação R de Spearman)	38
Quadro 4.4.1- Interesse pela política e Apoio a democracia*, em Cabo Verde e em Moçambique (Coeficiente de correlação R de Spearman)	41
Quadro 4.4.2- Apoio à democracia(difuso) e género, em Cabo Verde e Moçambique, 2002, 2005, 2008 e 2012 (N e %)	42

Índice de gráficos

Gráfico 4.1 Rejeição do autoritarismo (Concorda que o país seja governado por Militares) (%)	30
Gráfico 4.3.1 – Idade e Apoio á democracia, em Cabo Verde e Moçambique, 2002 e 2012(%)	39
Gráfico 4.3.2 – Idade e Apoio á democracia, em Cabo Verde e Moçambique, 2005 e 2008(%).....	40

Glossário de Siglas

CNE- Comissão Nacional de Eleições

CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

MpD- Movimento para Democracia

PAICV- Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

RENAMO- Resistência Nacional Moçambicana

SPSS- *Statistical Package for the Social Sciences*

1. INTRODUÇÃO

A forma como os cidadãos vêem a democracia e avaliam as suas instituições tornou-se numas das grandes preocupações dos teóricos e investigadores da cultura política.

Os processos de democratização de Cabo Verde e Moçambique aconteceram a partir dos anos 90, quando houve uma abertura política, depois de mais de uma década de regime do partido único. Mattes e Bratton (2007) argumentam que foi a dificuldade económica na década de 1980 que levou à exigência de mudança para o sistema multipartidário. Os processos de transição para democracia foram diferentes entre estes países, uma vez que Moçambique se deparou com uma violenta guerra civil que durou 16 anos, enquanto que em Cabo Verde o partido único, o PAIGC, ao assumir o governo do país, traçou também sua estratégia política, mas ao contrário de Moçambique sem guerra civil.

No entanto, no início dos anos 90 deu-se início ao multipartidarismo nestes países, Cabo Verde em 1991 e Moçambique em 1994, onde ocorreram as primeiras eleições livres.

Desde a sua abertura política que Cabo Verde tem sido apontado como modelo a seguir, por ter feito desde esse tempo um trajecto diferente no panorama africano, dado que não teve nenhum episódio de instabilidade política, enquanto Moçambique teve alguns episódios de grande instabilidade política, social e económico. O seu percurso foi diferente de Cabo Verde desde a sua independência.

Apesar de Cabo Verde e Moçambique terem obtido a sua independência e terem aderido ao multipartidarismo quase no mesmo período, cada um deles teve um percurso democrático diferente. É neste sentido que o tema deste trabalho tem como objectivo analisar as atitudes face a democracia nos dois países, comparando o apoio ao regime democrático e ao seu funcionamento, bem como às suas instituições. O estudo destas atitudes é que permitirá avaliar a consolidação de democracia em cada um dos países e perceber qual é o grau de apoio e a satisfação dos cidadãos com a democracia, visto que estes são considerados indicadores importantes, para a consolidação da democracia.

Na literatura continua a haver um consenso geral de que um sistema político não pode sobreviver por muito tempo sem o apoio de uma maioria dos seus cidadãos (Almond e Verba, 1963).

O objetivo desta dissertação é analisar as atitudes dos cidadãos face à democracia em Cabo Verde e Moçambique, 20 anos depois da transição para

democracia, considerando que muitos aspectos contribuíram para mudar as atitudes face a democracia. Uma vez que a opinião pública constitui uma componente importante para estabilidade da democracia, uma força que pode proporcionar apoio e legitimidade para os líderes dos governos e políticos, coloca-se então a seguinte questão de partida:

Após a transição democrática, como evoluíram as atitudes face à democracia, sobretudo, o grau de apoio e a satisfação com a democracia em Cabo Verde e em Moçambique?

1.1 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado em 4 capítulos procedidos de uma introdução.

Na Introdução apresenta-se o tema, a sua relevância científica e política, bem como a questão de partida.

O primeiro capítulo corresponde à problemática, aos objectivos e às hipóteses. O segundo capítulo diz respeito a conceptualização e operacionalização dos conceitos. O terceiro capítulo destina-se à metodologia da investigação e o último capítulo é sobre as análises de dados e, por fim, as conclusões e a bibliografia.

1.2 Relevância científica, política e social

Ao longo das últimas décadas, um dos progressos mais relevante no estudo comparativo de democratização tem sido o aumento de uma importante linha de investigação sobre atitudes nas democracias.

Vários estudos afirmam que as atitudes dos cidadãos face à democracia e as suas avaliações das instituições são componentes necessários para o bom funcionamento da democracia.

A ideia de que as atitudes das pessoas podem afetar ou suportar a democracia é o ponto de partida de toda uma escola de pensamento, que teve início no estudo de cultura política e democracia de Almond e Verba (1965), como Eckstein (1966) e Wezel (2007). Przeworski e outros atores (citado por Gunther e Montero, 2004) afirmam que quando a legitimidade da democracia é reconhecida por uma larga maioria, é porque temos prova de uma consolidação normal.

A pertinência deste tema é enfatizado ainda por muitos investigadores que consideraram a dimensão social como uma das dimensões mais importantes para a compreensão da vida política hoje em dia.

Existe poucos estudos sobre atitudes face à democracia no contexto africano, nesta linha torna-se importante saber o que as pessoas pensam sobre a democracia. Trata-se do interesse por um tema, tanto mais importante, quanto nos últimos tempos, muitos países africanos embarcaram numa transição para a democracia e para a liberalização política e económica. No entanto vários indicadores comparativos da democracia indicam que a democratização em África é ainda um projeto em construção, devido a vários problemas como a instabilidade política, as guerras civis, o bloqueamento ao desenvolvimento, entre outros. Se as atitudes são consideradas um componente importante para a estabilização dos regimes, estes tipos de estudos são cada vez mais relevantes principalmente no continente africano.

1.3 Breve contextualização do processo de democratização de Cabo Verde e Moçambique

Tanto Cabo Verde como Moçambique obtiveram a sua independência política em 1975 e ambos adotaram o sistema autoritário de partido único. Pouco tempo depois da independência, Moçambique deparou-se com um violenta guerra civil que iria durar 16 anos, até que nos princípios dos anos 90 foram iniciadas negociações de paz, onde os atores externos desempenharam um papel fundamental para estabelecimento de paz e para a consequente transição democrática.

A evolução democrática de Cabo Verde e Moçambique só começou com o fim do regime do partido único, no início da década de 90 e deu-se início à transição para a democracia. A evolução política começou lentamente nos finais da década de 80 com a pressão dos atores externos para que houvesse uma abertura do regime, nos países lusófonos Africanos. Dois protagonistas e um processo, referimo-nos aos EUA, à EU e à queda do bloco soviético, deram um contributo importante para a democratização destes dois, pelo apoio político e ajudas financeiras que deram. No entanto o processo de transição foi diferente entre estes países. Cahen (citado por Évora, 2009) defende que, no caso de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o regime de partido único foi bastante moderado permitindo uma certa abertura, sem a componente de violência armada como a que encontramos em Moçambique, Angola e Guiné Bissau.

Em Cabo Verde, com o início do multipartidarismo, ocorreram as primeiras eleições que puseram fim ao monopólio do poder político do PAICV. A partir deste momento passou a haver alternância entre PAICV e MpD.

O MpD ganhou as primeiras eleições legislativas multipartidárias em janeiro de 1991 com 62% de votos, governou o país até 2001 e, na terceira eleição realizada em 2001, foi derrotado pelo PAICV que voltou ao poder.

O caso de Moçambique foi bem diferente. Após a independência em 1975, foi adotado um sistema de partido único, onde a FRELIMO, era vista(o) como representante dos Moçambicanos, uma vez que lutou pela independência do país.

Ao assumir o governo, a FRELIMO, estabeleceu um conjunto de medidas com objetivo de tornar o país mais desenvolvido, ou seja, políticas marxista-lenistas, como por exemplo, criação de campos de reeducação, imposição do patriarcado nas regras familiares, concentração de produções em fazendas e legitimação oficial das autoridades tradicionais e religiosas acabando por criar descontentamento e resistências (Tollenaere, 2006). Mas o grande desafio a enfrentar vinha de fora. O governo da Rodésia do sul (atual Zimbabué) não estava satisfeito com as ideologias da FRELIMO, que com as suas políticas perturbou os regimes minoritários brancos e também pelo facto de Moçambique apoiar e abrigar os combatentes da guerrilha zimbabueana. Como retaliação os serviços secretos da Rodésia organizaram e suportaram um novo movimento armado de oposição ao governo da FRELIMO, e em 1976 surgiu a RENAMO, que rapidamente cresceu e se expandiu (Tollenaere, 2006). Mais tarde viria a receber o apoio do governo *apartheid* da África do Sul, e assim, o país mergulhou numa sangrenta guerra civil, envolvendo as duas frações que durou quase quinze anos.

Só nos finais dos anos 80, as principais forças políticas do país deram início a negociações para assinaturas de um acordo de paz. A partir de 1992, com a assinatura do tratado de paz em Itália, Moçambique começou uma nova etapa e aos poucos iniciou a transição para a democracia.

Contudo, Moçambique teve até à data 4 eleições gerais nacionais, presidenciais e legislativas e em todas elas foram vencidas pela FRELIMO, apesar das acusações por parte do RENAMO, principal partido da oposição que consideraram ter havido fraude e recusaram-se a aceitar os resultados. O primeiro processo de eleições autárquicas (1998) foi boicotado por quase todos os partidos da oposição (tendo registado, ainda, uma taxa de abstenção de 85%), e apenas o segundo processo de eleições municipais (2003) se desenvolveu sem terminar em contestação pela oposição. A composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE) foi amplamente criticada durante anos até se proceder a algumas alterações. Nas últimas eleições contou com a presença de observadores internacionais que verificaram grandes irregularidades.

Quadro 1.1- Comparação política entre Cabo Verde e Moçambique

País	Ano de independência	Transição para democracia	Sistema político	Anos Eleitorais	Partido vencedor	% Dos votos
Cabo Verde	1975	1991	Semi-presidencialista	1991	MpD	62
				1995	MpD	59
				2001	PAICV	47,8
				2006	PAICV	52,3
				2011	PAICV	51,4
Moçambique	1975	1994	Semi-presidencialista	1994	FRELIMO	44,3
				1999	FRELIMO	48,54
				2004	FRELIMO	62,03
				2009	FRELIMO	74,7

Fonte: Adaptado com base em *African Elections Database*

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO, OBJECTIVOS E HIPÓTESES

O enquadramento teórico caracteriza-se pela explicação do tema, através da consulta e análise bibliográfica que se julgou pertinente para a compreensão da temática em estudo.

1.2 Atitudes face à democracia

Segundo Huntington (1991) a terceira vaga de democratização iniciou-se em 1974 com o fim do regime autoritário português, a independência de várias colónias e mais tarde a transição para democracia chegava finalmente ao continente africano.

A partir de 1990 o quadro político em África alterou-se significativamente, no seguimento de mudanças no plano interno, devido ao fracasso das políticas socioeconómicas colectivistas e centralmente traçadas e a crise de legitimidade do regime do partido único e, no plano internacional, com o fim da guerra fria e o colapso soviético. Com estes acontecimentos, muitos Estados africanos, nos finais dos anos 80, começaram a pôr em marcha medidas de liberalização económica e política (Chabal, in Sanches, 2010). Exemplos destas medidas foram: privatização e liberalização da economia, alteração das relações laborais e do papel do Estado enquanto agente do desenvolvimento, abertura ao investimento estrangeiro.etc.

Grande parte da literatura sobre os países em consolidação democrática ou já consolidada têm dado uma grande importância aos estudos sobre atitudes dos cidadãos face à democracia.

A visão dos cidadãos sobre a democracia e a forma como lidam com as suas instituições tornou-se numa das grandes preocupações na pesquisa e na teoria sobre a legitimação do regime democrático em democracias de terceira onda (Dalton, 1999). Muitos estudos têm tentado compreender se as atitudes das pessoas podem afetar ou não o regime democrático.

A ideia de que as atitudes dos cidadãos podem afetar ou suportar a democracia é o ponto de partida de toda uma escola de pensamento, com início no estudo de cultura política de Almond e Verba (1965), onde a definição mais ampla de cultura política faz referência a um conjunto de orientações políticas, incluindo crenças, valores atitudes e os cidadãos de uma determinada coletividade sobre objetos políticos.

Um dos fatores chaves para suportar qualquer democracia é a existência de uma cultura política que envolva o conhecimento e a aceitação dos princípios básicos democráticos e as suas instituições pelos cidadãos e suas elites, como as que melhor defendem os interesses nacionais (Dalton,1999).

O estudo mais abrangente sobre este tema foi apresentado por Inglehart e Wezel (2003) onde, nos seus estudos sobre a correlação entre comportamentos e atitudes das pessoas e democracia, explicam aquilo que chamam de democracia efetiva, uma vez que a democracia está intimamente ligada com nível de desenvolvimento da sociedade. Grande parte dos pesquisadores interessados na relação entre as atitudes dos cidadãos e democracia acham que quando as atitudes pró-democráticas são mais generalizados numa sociedade, é mais provável que esta sociedade atinja níveis elevados de democracia. As atitudes pró-democracia funcionariam, assim, como um fator de apoio á manutenção do regime democrático.

Segundo Wezel (2007) há três tipos de atitudes das populações que jogariam a favor da democracia:

- Para apoiar as forças democráticas as pessoas devem ter uma preferência clara pelo regime democrático;
- É necessário as pessoas terem atitudes comuns, atitudes favoráveis á colaboração e confiança nos outros, que se concretizem na propensão para o associativismo (capital social);
- A democracia deve ser vista como uma conquista emancipatória visto que é projectado para capacitar as pessoas;

Já Gunther e Montero (2003) falam em três dimensões de atitudes em relação a democracia: apoio político ou legitimidade política; satisfação com o desempenho da democracia e indiferença política.

A primeira atitude sublinha que a legitimidade conferida às instituições políticas pelos cidadãos é uma dimensão decisiva do funcionamento da vida política e do regime democrático, e refere-se a atitudes públicas em relação à ordem constitucional de uma nação.

Como afirma (Torcal,2008) não se pode dizer que existe um nível elevado de apoio apenas quando uma democracia é suportada por uma vasta gama de cidadãos, este pode não ser suficiente, mas é fundamental.

Ainda atesta que o apoio democrático não deriva apenas do facto de uma pessoa ter atitudes positivas sobre instituições democráticas e representativas, mas também dos fundamentos e das razões oferecidas para as aceitar.

Quanto á segunda atitude, a satisfação com o desempenho da democracia, como os autores afirmam, é conceitualmente e empiricamente diferente da legitimidade democrática. A satisfação com o desempenho da democracia tanto pode ser considerada como um sinal de apoio aos princípios básicos da democracia, como da avaliação que os cidadãos fazem do funcionamento específico (conceito do Easton) do sistema político numa determinada circunstância em concreto.

O terceiro grupo de atitudes diz respeito à desconfiança face às instituições democráticas que indica sinais de cinismo, alienação e sentimentos de indiferença diante da política e, especialmente, de descrença quanto ao funcionamento das instituições públicas.

Quanto ao desempenho imediato de governos e da democracia tal como ela existe no momento, a desconfiança traduziria uma visão crítica da capacidade das instituições democráticas, ou seja, produzir resultados políticos compatíveis com aquilo que seria normal.

Gaiser (2003) propõe quatro combinações possíveis de atitudes em relação à democracia:

- Democratas satisfeitos- são aqueles que têm a crença no ideal democrático e a avaliação positiva em relação ao funcionamento da democracia.
- Democratas insatisfeitos – também têm a crença no ideal democrático, mas mostram-se insatisfeitos com o funcionamento da democracia.
- Desafectos satisfeitos - há uma atitude de indiferença perante a cidadania política que tem vindo a ser denominada por desafeição segundo Montero, Gunther e Torcal,1998.
- Desafectos insatisfeitos- eles têm uma visão negativa sobre o funcionamento da democracia, e tem uma preferência por sistemas e valores não democráticos.

Segundo Dalton (2004) grande parte da literatura sobre as atitudes face à democracia trata os três conjuntos de atitudes: apoio a democracia, descontentamento político e desafeição política, como se eles fizessem parte de um único conjunto de

percepções, avaliações e crenças sobre regimes democráticos. No seu ponto de vista existe esta tendência de ver essas atitudes como únicas devido ao legado teórico do conceito de David Easton (1965) de apoio político e da má interpretação da sua importante distinção entre apoio difuso e apoio específico que vai ser explicado mais adiante.

No entanto alguns pesquisadores afirmam que a eventual continuidade das novas democracias dependerá, em grande parte, do seu desempenho económico (Fuchs e Klingemann, citado por Gunther e Montero, 2004).

Quando se deu o colapso do comunismo soviético, Przeworski (citado por Gunther e Montero, 2003) afirmava que a eventual sobrevivência das novas democracias dependeria em grande parte do seu desempenho económico.

Alguma literatura presume que a legitimidade democrática, os sentimentos de eficiência e a satisfação dos cidadãos com o desempenho das instituições democráticas determinam um único domínio atitudinal. Se essa comparação do sistema de satisfação com a democracia fosse válida, ela teria implicações funestas para a sobrevivência de muitas democracias novas, em particular para aquelas que foram forçadas a enfrentar crises económicas ao mesmo tempo em que lutavam para consolidar seus novos regimes políticos (Gunther e Montero, 2003).

Podemos afirmar que ao longo da última década, uma das áreas mais desenvolvidas no estudo comparativo de democratização tem sido a expansão de uma importante linha de pesquisa sobre a opinião pública em democracias. Esta perspetiva retoma uma tradição da investigação da cultura política que começou em 1965 com Almond e Verba. Os dados da pesquisa de opinião pública é uma importante fonte de informação para avaliação da consolidação democrática.

As sondagens políticas aplicadas regularmente ao longo dos anos, os barómetros, são cada vez mais utilizados para este tipo de estudos de forma a saber as opiniões das pessoas sobre o que pensam sobre a democracia, o apoio ao regime e a satisfação com a democracia.

1.3 Objetivos da pesquisa

Para a realização desta dissertação traçamos os seguintes objetivos:

a) Fazer uma análise longitudinal das atitudes face à democracia (apoio à democracia, satisfação com o funcionamento da democracia e confiança nas instituições) em Cabo Verde e em Moçambique (2002, 2005, 2008, 2012);

- b) Comparar a evolução destas atitudes entre Cabo Verde e Moçambique;
- c) Verificar, em cada um dos países, se as atitudes face á democracia dependem da avaliação da situação política e económica;
- c) Verificar em cada um dos países, se os mais novos e os mais instruídos são os que mais apoiam a democracia ou se isso depende mais da conjuntura atual do país;
- d) Verificar se variáveis como a idade, o género e a educação explicam as atitudes face á democracia e comparar o poder explicativo de cada uma dessas variáveis em cada um dos países;

1.4 Hipóteses

As hipóteses fornecem á investigação um fio condutor particularmente eficaz, apresentam-se sob forma de proposições de resposta às perguntas postas pelo investigador (Quivy & Campenhoudt, 2005). Assim coloco como hipóteses de partida:

Hipótese 1 - A maioria dos cabo-verdianos e moçambicanos apoiam a democracia como a melhor forma de governo (apoio difuso), durante o período em análise.

Depois de uma de uma década tendo um regime de Partido Único, é de supor que a maioria que os cidadãos apoiam um regime onde o poder de tomar decisões políticas reside na decisão (voto) do povo.

Hipótese 2- O apoio difuso à democracia pode ser alto no início mas tende a baixar ao longo dos anos, nos dois países.

O apoio difuso à democracia pode ser alto no princípio, mas várias causas podem fazer que ao longo dos anos ela tende a baixar. Principalmente dependendo da forma como a democracia esta a funcionar. Segundo Gunther e Montero, (2000) o apoio à democracia está associada a dois fatores: a satisfação com o funcionamento da democracia e confiança nas instituições, isso faz com que apoio aumente ou diminua.

Hipótese 3- É expectável que a satisfação com o funcionamento da democracia tivesse vindo a diminuir nestes dois países, sendo mais pronunciado em Moçambique do que em Cabo Verde.

A crise financeira, desconfiança face aos partidos políticos, no caso de Moçambique a constante instabilidade política e também o próprio desempenho dos governos, contribuem para a diminuição da satisfação com o funcionamento da democracia.

Hipótese 4- Espera-se que os mais instruídos e os mais novos apoiem mais a democracia, nos dois países.

Segundo a literatura os mais instruídos são os que tendem a apoiar mais a democracia, a educação aumenta os benefícios da participação cívica e isso traduz-se num aumento do apoio para a democracia. Quanto mais educação tiver uma pessoa é mais provável que ele ou ela rejeite alternativas antidemocráticas (Bratton e Mattes,2000)

Hipótese 5- Espera-se que os que avaliam mais negativamente a situação política ou económica apoiem menos a democracia.

Supõe-se, que se a situação económica e política não for boa as pessoas tendem a apoiar menos a democracia. Adam Przeworski (citado por Gunther e Montero,2003) afirmava que a eventual sobrevivência das novas democracias dependeria em grande parte, do desempenho económico. A satisfação com a democracia nos países africanos é dominada em geral pelas considerações do desempenho governamental (Bratton e Mattes,2000).

Hipótese 6- Espera-se que os que se interessam mais pela política apoiem mais a democracia.

Quanto mais interessado estiverem os cidadãos pela política, maior é a probabilidade de apoiarem mais a democracia. Neste momento existe um afastamento dos cidadãos em relação á política, apesar de alguns pesquisadores afirmarem que o interesse pela política tem vindo a aumentar, só que é um interesse crítico.

CAPÍTULO II – CONCEPTUALIZAÇÃO

A conceptualização é segundo Quivy & Campenhoudt (2005) mais do que uma simples definição ou convenção terminológica. É uma construção conceptual abstrata que visa dar conta do real.

Para Fortin (1999) conceptualizar refere-se a um processo, a uma forma ordenada de formular conceitos, de os documentar em torno de um assunto preciso com vista a chegar a uma articulação de ideias claras e bem organizadas que dê conta do objecto de estudo.

2.1 Atitudes

Definir atitudes começa por ser uma tarefa complicada uma vez que estas se confundem muitas vezes com o conceito comportamento.

O conceito de atitude foi proposto pelos autores Thomas e Znaniecki (1918) onde segundo eles, é entendido como um reflexo do meio social a nível grupal e como uma tomada de posição de um grupo face a um objecto social.

São orientações ou posições adquiridas e duradouras, relativamente a um objeto, pessoa, facto e que vai influenciar o comportamento futuro do agente social. As atitudes servem para o agente social orientar o seu comportamento nas diferentes conjunturas da vida.

Uma atitude contém três componentes principais: caracteriza uma tendência para agir de determinada forma, assenta numa crença ou um conjunto de crenças e, por último, admite uma componente afectiva, uma vez que uma pessoa tem sentimentos precisos acerca das pessoas, objetos ou conjunturas com que a atitude está relacionada. (fonte: Infopédia)

2.2 Democracia

A literatura sobre o tema é muito vasta, havendo varias definições sobre deste conceito.

O termo democracia surgiu na Grécia antiga, (*demos*= povo *kratien* = governo) e significava «governo do povo».

Segundo Arblaster (1988) a democracia é uma das ideias mais duráveis em política, e no século XX tornou -se uma das mais fundamentais. Na raiz de todas as definições de democracia por mais refinadas e complexas, permanece a ideia de poder

popular, de uma situação em que o poder, e talvez também a autoridade, pertencem ao povo.

Robert Dahl um dos grandes teóricos da democracia, definiu a democracia como “ a capacidade dos governos para satisfazer de forma continuada, as preferências dos cidadãos, num cenário de igualdade política” (Dahl, in Della Porta, 2003). Dahl indica 7 critérios que são essenciais para a democracia:

- 1- Eleições frequentes, livres e justas
- 2-Controlo sobre as decisões governamentais
- 3- Sufrágio universal
- 4- Direito a concorrer em cargos públicos
- 5- Liberdade de expressão
- 6- Acesso a fontes alternativas de informação
- 7- Liberdade de associação

Definições básicas sobre a democracia tendem a evoluir em volta da ideia de um sistema no qual os dirigentes são eleitos através de eleições competitivas e livres, enquanto definições mais amplas abrangem outras dimensões relacionadas com a liberdade, participação, responsabilidade civil, etc. Alguns destes conceitos mais vastos remete-nos para a chamada democracia liberal (Alcántara e Corral,2009).

Segundo Diamond (1999) a democracia liberal pode ser vagamente descrita como um sistema político que protege as liberdades individuais e coletivas, garante a responsabilidade horizontal, Estado de Direito e militares sujeitos aos governos que foram eleitos. O mesmo referiu que os processos de democratização que tiveram lugar durante a terceira onda de democratização trouxeram alguns desafios na definição da democracia, devido aos componentes híbridos destes novos regimes, no sentido que muitos destes regimes políticos foram designados como democracias não liberais, ou seja, regimes que são livres, com eleições justas, mas não garantem o estado direito e as liberdades e os direitos fundamentais (Smith, Zacharia, citado por Alcántara e Corral,2009).

2.3 Apoio à democracia

Uma das obras contemporâneas muito relevante sobre o apoio político e mais concretamente sobre apoio democrático é o livro de Pippa Norris (1999) que retoma o ponto de partida da obra de David Easton (1965), que fala em dois tipos de apoio, o

apoio difuso (sentimentos de identificação com a nação e apoio genérico ao regime) e o apoio específico (avaliação das instituições políticas, dos líderes e outras instâncias políticas).

Easton (1965) afirma que o apoio político é uma condição necessária para a continuação do sistema, apresentando uma atitude positiva ou negativa dos cidadãos em relação ao sistema, nas três formas: as autoridades políticas, o regime político e a comunidade política. No apoio específico, as pessoas são vistas como capazes de ter ideia de que as autoridades políticas trabalham em nome do sistema, por outro lado, é levado em conta as ações e decisões das autoridades, o apoio difuso por sua vez depende do sentido geral dado aos assuntos políticos e é definido como um depósito de atitudes favoráveis.

Como afirma Norris (1999) o apoio político deve ser compreendido de forma multidimensional variando entre: apoio à comunidade, apoio aos princípios e à performance do regime, confiança nas instituições e nos actores políticos. Onde apoio à comunidade diz respeito à forma como os cidadãos se vinculam ao Estado -Nação, o apoio aos princípios do regime refere-se à adesão dos cidadãos ao regime democrático como modelo, e a confiança nas instituições e nos actores políticos diz respeito ao desempenho dos governos e das instituições no dia-a-dia e pode ser avaliado através da satisfação com o funcionamento da democracia.

Há três trajetórias possíveis em relação ao apoio a democracia, em primeiro lugar, se as circunstâncias políticas e sociais forem favoráveis e se a confiança for disseminada, então a trajetória de apoio será em alta e o apoio disseminará rapidamente por toda a sociedade, em segundo lugar, se existirem sentimentos de insegurança e instabilidade face ao futuro, a trajetória de apoio será negativo e o regime provavelmente será de curta duração, e a terceira possibilidade, as trajetórias de apoio irão variar de direção entre grupos e subgrupos dentro dos países, originando uma polarização de atitudes para com o regime (Mishler e Rose, 1996).

A importância do apoio permanente dos cidadãos ao regime democrático foi enfatizada nomeadamente pelos autores Linz e Stepan (1996), que fazem referência a diversos aspectos do processo de consolidação da democracia, onde encaram a dimensão atitudinal como uma das mais importantes. Os autores afirmam que um regime democrático está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem a forma mais adequada de governar a vida coletiva numa sociedade como a deles e quando o apoio a

alternativas anti -sistémicas é baixo ou isolado da atitude predominante entre as forças pró-democráticas (Linz e Stepan, 1999).

Na literatura continua a haver várias hipóteses para o apoio a democracia. Os defensores das teorias socioculturais sustentam que quando a sociedade está mais modernizada, os cidadãos tendem a dar mais apoio aos sistemas democráticos e a moderar as suas posições políticas (Lipset, citado por Torcal,2008). Outra explicação sociocultural afirma que o nível de apoio recebido por um sistema político é determinado por um longo e complexo processo de socialização e que depende dos êxitos dos agentes de socialização. As explicações a níveis macros e microeconómicos e sociais tendem a concentrar-se na importância dos resultados económicos e sociais dos sistemas democráticos.

Alguns autores ainda argumentam que o declínio do apoio a um regime democrático pode ser devido a fatores como, as características do sistema partidário, a instabilidade governamental (Powell, Schmitt, citado por Torcal,2008) ou devido à natureza dos governos formados com maiorias parlamentares.

Na maior parte das novas democracias, contudo, não é o apoio democrático que está em causa, uma vez já que a adesão normativa dos cidadãos à democracia é majoritária e ampliada, mas sim o descontentamento com o desempenho de governos ou de líderes políticos \específicos. As altas taxas de desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas apontam para uma situação cujos efeitos para a continuação do regime no tempo precisam de ser avaliados. Desconfiança é atitude de descrédito ou de desmerecimento de alguém ou de algo e, na democracia, alguma dose dela pode ser um sinal sadio de distanciamento dos cidadãos de uma dimensão da vida social da qual eles têm pouco controlo (WARREN, 2001). Todavia, hoje em dia a discussão está focada no excesso desta desconfiança política, que geralmente também está associada à insatisfação com a democracia, se colocam em risco a continuidade ou estabilidade do regime democrático.

Nas democracias consolidadas dos países desenvolvidos, verificam-se, na maior parte das vezes, processos de emancipação dos cidadãos como consequência das transformações económicas e culturais, estimulando alguma desconfiança por parte dos mais informados traduzindo assim numa atitude crítica diante do desempenho de governos e das instituições democráticas (Norris, 1999; Inglehart, 1997; Klingemann e Fuchs, 1995; e Putnam, 2000).

Uma vez que os cidadãos estão mais céticos sobre seus governos, isso leva-nos a questionar sobre as implicações para o processo democrático, uma vez que as pesquisas iniciais da cultura política democrática, muitas vezes salientaram o valor de um apoio público (Almond e Verba, 1989), a reação inicial da diminuição de apoio político é considerado como uma fonte de preocupação. A melhor explicação, talvez, a de Crozier, Huntington e Watanuki (1975), que previu um futuro sombrio para as democracias e de como os cidadãos tornaram-se mais céticos sobre os seus governos (Dalton, 2004).

Além disso, um público mais cético relaciona-se de forma diferente com o governo e desenvolve o ceticismo sobre políticos e partidos políticos em geral, que tende a desencorajar a participação em formas convencionais da política eleitoral. No entanto, grande parte da literatura sobre a crise democrática foi baseada no pressuposto de que a alienação política, confiança política, e todos os indícios da crise de confiança na democracia foram sobretudo consequências da insatisfação dos cidadãos com o desempenho do governo, ou, de modo mais geral, com o funcionamento das instituições e desempenho dos responsáveis políticos.

2.4 Satisfação com funcionamento da democracia

A satisfação com o desempenho do regime pode ser algo circunstancial, muito diferente do apoio à democracia uma vez que, satisfação ou insatisfação com o funcionamento da democracia manifestaria uma atitude que resulta da avaliação passageira sobre se o desempenho do governo e do sistema político satisfaz as pretensões dos eleitores.

Diversos estudiosos têm afirmado que o apoio ao regime, a estabilidade e até mesmo a continuidade do regime é altamente dependente da satisfação popular com o desempenho das instituições democráticas.

Freire (2003) explica que a satisfação dos cidadãos com o desempenho da sua democracia tanto pode ser encarada como um indicador do apoio aos princípios básicos da democracia, como da avaliação que os cidadãos fazem do funcionamento específico do sistema político em determinada circunstância concreta e por isso, como um indicador de apoio aos políticos que estão em funções.

No entanto o termo “satisfação com a democracia”, como um indicador de apoio ao sistema é objeto de contestação, visto que tem uma dimensão ambígua. A satisfação com a democracia pode estar a referir-se a satisfação instrumental com o desempenho do governo, ou pode estar a referir a aceitação em geral da ideia da democracia.

Há mais pessoas a apoiar democracia do que pessoas a expressar satisfação com a forma como a democracia funciona, ou seja há cada vez mais cidadãos insatisfeitos com a democracia.

Muitos consideram o início do século XXI como a idade de ouro da democracia. Muitas nações do mundo tornaram-se ou esforçaram-se para serem melhores democracias neste período, do que em qualquer outra ocasião da história humanidade. Além disso, a maioria das ideologias políticas que antes eram vistas como principais rivais da democracia, como ideologias fascistas e comunistas, parecem ter perdido sua legitimidade e apelo geral.

Podemos afirmar que o século XX demonstrou ser o século do grande êxito da democracia, na medida em que vários regimes ditatoriais da América latina, Europa, África deram lugar a novas democracias. No entanto, no século XXI parece estar a haver uma crise na democracia, com cidadãos por todo mundo a mostrarem-se insatisfeitos ou desafetos com a democracia. Os cidadãos estão cada vez mais desconfiados dos políticos, céticos sobre as instituições democráticas, e frustrados com a capacidade da política democrática em resolver os seus problemas e surgem novas inquietações sociais.

Principalmente nas sociedades industriais mais avançadas parece haver algum desencanto com os seus processos democráticos, pois os cidadãos estão cada vez mais distantes dos partidos políticos, mais críticos em relação às elites políticos e instituições políticas, e avaliações mais negativas dos governos (Dalton, 2004).

Com o aumento dos níveis de educação, crescimento da mobilidade, aumento de novos riscos, crescimento dos *mass media* e a evolução das tecnologias, aumentou a pressão sobre os sistemas políticos democráticos.

Há cada vez mais “cidadãos críticos” ou “insatisfeitos democratas”, que aderem fortemente aos valores democráticos, mas que não estão satisfeitos com o funcionamento da democracia. São vários os autores (Crozier, Huntington) a falar numa crise democrática, principalmente no Ocidente, onde vários fatores contribuíram para agravar esta crise: crescimento de novos grupos de interesses e de novos movimentos sociais, o aumento das manifestações, de protestos e até desobediência civil, clivagens ideológicas e a incapacidade dos governos nacionais para amenizar as consequências da

recessão económica internacional produzida pelas várias crises económicas. Até as democracias mais recentes estão a enfrentar várias dificuldades, como problemas internos e crises económicas. Apesar de muitos cidadãos estarem cada vez mais cépticos com a democracia, a verdade é que a democracia é sempre preferível ao autoritarismo ou outras formas de governo (Norris,1999).

2.4.1 O apoio e a satisfação com a democracia em África

A democracia possui uma ampla base de apoio popular em muitos países da África que fizeram a sua transição para a democracia e o multipartidarismo.

Claude Ake (citado por Bratton e Mattes, 2000) alega que os africanos visualizam a democracia mais em termos económicos e instrumentais. Defendendo que “os africanos estão em busca da democracia como uma questão de sobrevivência e que o movimento pela democracia em África vai dar mais importância ao plano económico e aos direitos sociais em vez de direitos políticos e abstratos, sendo assim a democracia é valorizada não tanto pelo que ele é, mas sim pelo que ele pode fazer”.

No entanto Bratton e Mattes (2000) sustentam que o ponto de vista de Ake, apresenta lacunas visto que o autor não concebe nenhum valor intrínseco aos valores políticos, centra-se mais no subdesenvolvimento e não consegue ver que a democratização tem a capacidade de beneficiar os cidadãos com algo mais do que a preocupação com o desenvolvimento económico, a democracia envolve os cidadãos para a aquisição de uma nova dimensão em que eles são capazes de agir e decidir no controlo das suas próprias vidas.

Tendências autoritárias, falta de liberdades políticas e igualdade, falta de prestação de contas, são problemas que fazem com que os africanos não tenham o tipo de democracia que eles desejam usufruir (Mattes e Bratton, 2007).

Os mesmos estudos alegam que o apoio à democracia entre os africanos é prejudicado por baixos níveis de desenvolvimento e de pobreza, a falta de liberdades civis, os baixos níveis de confiança interpessoal, a falta de consciência cognitiva de relações públicas e uma aparente divisão de comunicação entre governantes e governados (Bratton et. al, 2005).

Alguns autores ainda apontam outros problemas com que se depara a democracia em África, nomeadamente, fraudes nas eleições, o tribalismo, e as guerras civis em curso em alguns países, que contribuem para a diminuir o ritmo da democracia no continente Africano.

Apesar de apoiarem a democracia os africanos estão longe de estarem satisfeitos com a forma como a democracia está a funcionar, embora o apoio à democracia seja bastante amplo, mas não se sabe se isto vai continuar se as condições económicas piorarem ou se houver um retrocesso nas liberdades civis.

Contudo, é opinião de vários autores que a legitimidade do regime em África vai depender das avaliações das populações face ao desempenho do governo. A satisfação com a democracia é impulsionada tanto por garantia de direitos políticos, como pelo desenvolvimento económico. A democracia em África é ainda algo muito frágil mas o nível de apoio a democracia é muito alto (Bratton e Mattes, 2000). Muitos países não são considerados uma democracia, são regimes híbridos ou semidemocracias. Para além da crise económica que afeta estes países, muitos deles foram descolonizados há algumas décadas, e ainda debatem com outros problemas.

2.5 (Des) confiança face às instituições democráticas

Alguns autores defendem que o fortalecimento da democracia mede-se pela adesão dos cidadãos aos seus valores, tais como a liberdade, a igualdade, a tolerância, a participação e o respeito pelo Estado de direito, dependendo ainda do grau de confiança depositado nas suas instituições (Viegas, et.al., 2004).

Segundo Moisés (2005) a confiança nas instituições seria baseada no facto de que os cidadãos partilham uma perspetiva comum, a perspetiva do que as instituições estabelecem normas, regras e que atuam dentro da legitimidade. Assim, a confiança nas instituições políticas refere-se ao desempenho delas, e é tomada como base na avaliação e consistência de suas normas e regulamentos internos, em vez da ação individual dos seus gestores e administradores.

Vários estudos têm vindo a mostrar o declínio da confiança nas instituições políticas em democracia. Segundo Magalhães (2003) citando Putnam, esta visão apresenta duas vertentes importantes, onde por um lado tem a ver com o declínio da confiança dos cidadãos face às instituições e aos agentes políticos que pode ser parcialmente atribuído à erosão da família e dos laços comunitários e igualmente o papel desempenhado pelos meios de comunicação na socialização política, e por outro lado, devido à crescente separação entre os cidadãos e as suas famílias e vizinhos que terá conduzido a um declínio do capital social, que traduz num afastamento da política e das suas instituições.

A segunda vertente que tem sido muito desenvolvida por Ronald Inglehart, que defende que com o crescimento económico, a difusão dos níveis de ensino terão levado a uma mudança cultural «pós-moderna» nos países mais desenvolvidos, principalmente entre a camada mais jovem. Isso terá aumentado o apoio à democracia como regime político, mas também a um declínio na confiança depositada nas instituições hierárquicas tradicionais e no governo em geral.

Outra explicação para a confiança depositada nas instituições democráticas não tem a ver com valores culturais, mas sim com o apoio específico consentido pelos cidadãos ao sistema político. Sendo que apoio específico refere-se ao grau de satisfação dos cidadãos com o desempenho das instituições políticas (Magalhães, 2003).

Ainda segundo Norris (1999) a diminuição dos níveis de confiança não constitui uma ameaça à democracia. São cada vez mais os cidadãos que não estão satisfeitos e são críticos e não confiam nas instituições políticas. Estes “cidadãos críticos” ou democratas insatisfeitos em vez de representar uma ameaça para a democracia deve ser considerada como uma ferramenta para a melhoria do sistema democrático.

Alguns estudos apontam que esta desconfiança está relacionada, em grande parte, com a percepção do mau funcionamento das instituições e principalmente com a continuidade do fenómeno da corrupção.

O que pode explicar esta perda de confiança dos cidadãos face às instituições centrais da democracia representativa? Nem todas as instituições públicas ou privadas sofreram esta perda de confiança. Para Newton (1999) as causas podem sugerir que o problema não é o mal-estar geral que afeta todos, ou mesmo muitos, nem aspetos da vida moderna, mas sim aspetos políticos e governamentais, tais como a concorrência económica global que se intensificou, o desemprego e o crescimento económico lento nas democracias.

Alguns investigadores alegam ainda que a perda de apoio político, não importa muito. O facto de muitos cidadãos do ocidente, desconfiarem dos seus líderes políticos, a falta de confiança nas instituições públicas e estarem insatisfeitos com o funcionamento da democracia, mostra que os eleitores estão amadurecendo face a um cinismo realista e cepticismo vigilante o que é bom para a democracia. Contudo a confiança continua a ser um factor básico e essencial no funcionamento do governo democrático.

III CAPÍTULO – METODOLOGIA

Após o enquadramento teórico e a discussão dos vários conceitos no estudo, neste capítulo vamos descrever a metodologia de investigação adotada durante esta dissertação.

O desenho da investigação é um plano lógico elaborado e utilizado pelo investigador para obter respostas às questões da investigação. O desenho especifica qual dos diferentes tipos de investigação será utilizado, ainda a escolha do desenho dependerá do problema em causa e do estado dos conhecimentos em torno desse problema (Fortin,1999). Em suma, a metodologia tem um papel fulcral no desenvolvimento de qualquer estudo, dado que proporciona as ferramentas e as técnicas a utilizar.

3.1 Tipo de investigação

Esta investigação vai ser essencialmente de carácter comparativo embora também explicativo. A comparação é feita com dados quantitativos retirados de sondagens às populações (Afrobarómetro)

A investigação comparativa tem como finalidade identificar as semelhanças e as diferenças ou a relação entre entidades distintas, de uma ou mais, propriedades dos objetos a estudar, ou seja, permite a compreensão, explicação, interpretação, verificação ou falsificação, de generalizações (Tomaz,2013).

A compreensão da comparação enquanto método faz com que a análise seja conduzida de forma sistemática, o que obriga a uma clara definição de categorias e de conceitos, bem como uma seleção criteriosa de casos, com vista a uma afirmação teórica (Lijphart; Perea e Crespo; Happaerts, citado por Tomaz,2013).

Num artigo influente sobre a política comparada, Lijphart (1971) situa o método comparativo como um método básico, em seu próprio direito, ao lado do experimental, métodos de estudo de caso e estatísticas.

A pesquisa explicativa tem como objetivo explicar e identificar os fatores ou causas para a ocorrência de certos fenómenos ou fatos.

3.2 Tipo de abordagem

Pode-se dizer que qualquer que seja a abordagem escolhida tem sempre as suas limitações na representação do universo relativo ao fenómeno que vai ser estudado, independentemente do método, quer a abordagem seja quantitativa ou qualitativa.

Faça à problemática em estudo e tendo em conta os objetivos, a investigação centra-se numa abordagem quantitativa, que sustenta-se em técnicas quantitativas e aponta para uma caracterização extensiva e generalista da realidade investigada. A abordagem quantitativa permite uma análise direta dos dados, possibilita a generalização pela representatividade e preocupa-se em medir e analisar as relações causais entre as variáveis. Geralmente as informações são recolhidas através de um questionário organizado com perguntas claras e objetivas.

A nossa técnica de pesquisa não passa por recolha de dados primários, mas sim análise de dados secundários, que são dados que já foram recolhidos por outras pessoas, ou instituições e é utilizada com o objetivo de responder às questões da investigação.

Neste caso iremos analisar inquéritos feitos à população pelo Afrobarómetro em Cabo Verde e Moçambique sobre as atitudes face à democracia dos anos: *round* 2002, 2005, 2008 e 2012.

A fonte desses dados é o Afrobarómetro, é um projecto de pesquisa independente e não partidário que mede através dos questionários o ambiente político, económico e social em África, atualmente, as pesquisas Afrobarómetro são efetuados em 35 países africanos e são repetidos regularmente.

3.3 Seleção de casos

Para este estudo vou analisar as atitudes face à democracia dos seguintes países: Cabo Verde e Moçambique. Escolhi estes dois países por serem PALOP e da CPLP e também pelo facto de apenas estes dois países fazerem parte do *Afrobarometer*. E também porque passaram os dois por processos de democratização depois de um período de partido único. Cabo Verde e Moçambique são vistos como dois casos de sucesso de desenvolvimento no Oeste e sul da África, estes dois países estão adotando reformas e políticas de consolidação do mercado para melhorar a educação e a redução da pobreza e ainda, representam exemplos positivos da globalização e interação da governança (Macedo e Perreira, 2010).

As amostras são seleção representativas de ambos os países, o volume da amostra corresponde a amostra representativa das várias etapas estratificadas pelo nível

geográfico e meio de residência utilizado pela *Afrobarometer* dependendo das respostas válidas. Em 2002 em Cabo Verde foram inqueridas 1268 cidadãos, em 2005 foram 1256, em 2008 foram 1264 inqueridos e 2011 foram inqueridos 1208 cidadãos. Já em Moçambique em 2002 foram inqueridas 1198 cidadãos, em 2005 foram 1198, em 2008 o número de inqueridos foi de 1200 e 2012 foram inqueridas 2400 pessoas.

3.3.1A descrição das variáveis

Considera-se variável aquilo que pode assumir valores ou diferentes aspectos, ou seja, aquilo que pode ser medido ou controlado na pesquisa.

A variável dependente é aquilo que queremos explicar na nossa investigação enquanto, a variável independente é aquilo que pode ser controlado durante a investigação e nos ajuda a explicar a variável dependente. A variável independente é definida como a que exerce influência sobre outra variável, determinando ou afetando o resultado observado na outra variável, é normalmente manipulado pelo investigador a fim de procurar estabelecer a sua relação e influência sobre o resultado de um fenómeno observado. A variável dependente é a variável que o investigador pretende avaliar dependendo da variável independente.

Neste estudo, vamos estudar as seguintes variáveis:

Variáveis dependentes (VD):

- Apoio à democracia em Cabo Verde e em Moçambique
- Satisfação com a democracia em Cabo Verde e em Moçambique
- Confiança nas instituições em Cabo Verde e em Moçambique

Variáveis independentes (VI)

- *Educação*: Qual é o nível mais alto de educação que completou? Posições da variável (0-Nenhuma escolaridade 1- Escola formal 2- Escola primária completa 4-Escola primária incompleta 4-Escola secundária completa 5-Escola secundária incompleta 6-Qualificações pós secundária 7- Estudos universitários completos 8-Estudos universitários incompletos 9- Pós- Graduação.
- *Idade*: Qual é a sua idade? Posições da variável (15-29, 30-49 e 50+)
- *Situação económica do País*: Em geral como é que descreveria, as atuais condições económicas deste país? Posições da variável (1-Muito más, 2-Más, 3-Nem boas Nem más, 4-Boas 5-Muito boas)

- *Interesse na política*: Quando se junta com família ou amigos, discutem assuntos políticos? Posições da variável (0-Nunca 1-Ocasionalmente 2- Frequentemente)

3.3.2 Medição dos conceitos

3.3.2.1 Medindo a democracia

Nos últimos anos, os estudos comparativos sobre a democracia no campo empírico dentro da ciência política, obteve duas abordagens diferentes em relação a medir o estado da democracia em todo o mundo. A primeira abordagem compara o desempenho democrático dos diferentes países com base numa série de critérios, tais como o pluralismo eleitoral, as liberdades civis, participação e governança. Foi nesse âmbito que surgiram os Índices da democracia.

O primeiro Índice da liberdade surgiu em 1972, criado pela Freedom House, uma organização sem fins lucrativos com sede em os EUA, tornou público o seu primeiro relatório sobre os direitos políticos e as liberdades civis, agora em mais de 200 países em todos os continentes com base em avaliações periciais e relatórios descritivos de uma equipa de analistas políticos. Desde então é publicado todos os anos, inclui agora 208 países criando uma tendência para a avaliação comparativa do estado da democracia e da liberdade, e largamente utilizado como uma instrumento para acompanhar a evolução da democracia no mundo inteiro.

Depois disso surgiram outras Índices, como Índice de Transformação Bertelsmann da Fundação Bertelsmann Stiftung, (Alemanha) que inclui 125 países e o Índice de democracia desenvolvido pela The Economic Intelligence Unit (EIU) que mede a democracia em 167 países em vários níveis como: o processo eleitoral, pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo e participação e cultura política. Em 2011 a Freedom House ao avaliar a liberdade e direitos políticos em África, Cabo Verde foi considerada como livre com número 1 e Moçambique considerada como parcialmente livre com número 4.

Quadro 3.1 – Índice da democracia (2011)

Posição	País	Pontuação Geral	Processo eleitoral	Funcionamento do governo	Participação Política	Cultura Política	Liberdades civis
Democracias plenas							
1	Noruega	9,80	10	9,64	10	9,38	10
2	Islândia	9,65	10	9,64	8,89	10	9,71
3	Dinamarca	9,52	10	9,64	8,89	9,38	9,71
4	Suécia	9,50	9,58	9,64	8,89	9,388	10
....							
24	Ilhas Maurícias	8,04	9,17	8,21	5,00	8,13	9,71
25	Espanha	8,02	9,58	7,50	6,11	7,50	9,41
Democracias com falhas							
26	Cabo Verde	7,92	9,17	7,89	7,22	6,25	
27	Portugal	7,81	7,58	6,43	6,11	7,50	
.....							
42	Timor- Leste	7,22	8,67	6,79	5,56	6,88	
45	Brasil	7,12	9,58	6,43	6,11	4,38	
Democracias híbridas							
100	Moçambique	4,9	4,83	4,64	5,56	5,63	3,82
Regimes autoritários							
133	Angola	3,32	1,33	3,21	4,44	4,38	3,24
....							
157	Guine-Bissau	1,99	2,08	0,00	2,78	1,88	3,24

Fonte: Economist Intelligence Unit- 167 países

A segunda abordagem pesquisa as atitudes dos cidadãos face à democracia e um governo democrático. Foi neste sentido que apareceram as pesquisas de opinião pública comparativos (surveys), ou os barómetros.

Em comparação com os índices, os barómetros são mais elucidativos a respeito de como a democracia é legitimada ou contestada em diferentes sociedades, e como as pessoas dentro dos países reagem a movimentos democráticos (Diamond, 2001).

Para abordar especificamente o aspeto qualitativo da democracia surgiu um fio de pesquisa focado em atitudes de massa face à democracia que ganhou impulso na última década, brotando numa série de chamados barómetros democracia produzidos

em quase todos os países e territórios em todo o mundo. Eles abordam uma ampla série de questões como: a vontade de participar na política, o apoio à democracia, a percepção de que é o governo, o estado da democracia do país, e da percepção das liberdades individuais. Estas percepções, atitudes e valores transformaram-se numa ferramenta para medir a avaliação pública do desempenho do governo e apoio público para a democracia como forma de governo (Diamond, 2001). Como exemplo temos, o Eurobarómetro, Afrobarómetro, Latinobarómetro, Asiabarómetro e Barómetro Árabe.

3.3.2.2 Medição de Apoio a democracia

Na literatura uma boa parte dos pesquisadores relata os problemas relacionado com a medição do apoio à democracia, uma vez que o conceito pode ter significados diferentes nos diversos países.

A medição de apoio à democracia tem contado quase sempre com as simples questões que mede o apoio às instituições democráticas, tem sido medida muitas vezes com base na definição de democracia, que tem sido utilizada largamente, mas também é alvo de algumas críticas pelo facto de a democracia ser considerado um conceito universalista e haver vários discursos dos cidadãos cada vez mais pragmáticos, desta forma não estamos a medir o apoio genuíno.

Neste trabalho vamos basear no inquérito do Afrobarómetro que mede o apoio à democracia com a seguinte questão: Qual destas três declarações está mais próxima da sua opinião pessoal? (Apenas uma opção deverá ser escolhida)

- 1- - Em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível
- 2- Não interessa o tipo de governo que temos
- 3- - A democracia é preferível a qualquer tipo de governo

3.3.2.3 Medição da satisfação com democracia

As pesquisas sobre a satisfação com a democracia mostram uma grande falta de consenso sobre como medir a satisfação com a democracia.

A satisfação com o funcionamento da democracia tem sido muito utilizada como uma medida de apoio ao sistema político que Easton (1965) chamou de apoio específico. O apoio específico “ «é a aceitação ou aprovação temporário e relativamente efémera que os indivíduos concedem a um objeto político em consequência da satisfação que ele dá a suas demandas específicas”, enquanto, que “ o apoio difuso é

concebido como uma lealdade política mais profunda, mais duradoura e mais generalizada que resulta de uma socialização precoce” (Misher e Rose,1999)

É questionado se a satisfação com a democracia é um indicador válido para qualquer dimensão de apoio político e que pode ser usada como indicador de apoio ao sistema.

Como indicador de apoio às autoridades, vários pesquisadores alegam que as medidas de satisfação com a democracia suportam as autoridades estabelecidas e que enfatiza o desempenho do governo (Dalton,1999). E como indicador de apoio ao sistema reporta para a satisfação com o sistema de uma nação, as instituições políticas, governamentais e estruturas constitucionais independentemente das autoridades políticas (Conache et al., 2001).

Ainda há autores (Clarke, Dutt e Kornberg, citado por Conache,2001) que afirmam a satisfação com a democracia funciona como um indicador síntese, visto que este indicador também está relacionado com o apoio à comunidade política ou regime e às autoridades estabelecidas.

Nos inquéritos da Afrobarómetro é feita a seguinte pergunta para medir a satisfação com o funcionamento da democracia: Na generalidade em que grau se sente satisfeito /a com a maneira como está a funcionar a democracia? Você está:

- a) Muito satisfeito
- b) Satisfeito
- c) Pouco satisfeito
- d) Nada satisfeito

3.3.2.4 Medição de confiança nas instituições

A confiança dos cidadãos nas instituições é importante para o estado da democracia, bem como para seu funcionamento.

Para medir a confiança face as instituições é perguntado aos entrevistados qual a confiança que eles têm face as instituições tais como: Presidente, Governo, Tribunais, Exército, Polícia, Partidos, etc.

Nos inquéritos da Afrobarómetro é feita a seguinte pergunta:

Até que ponto você confia em cada uma das seguintes instituições? Ou não ouviu falar deles o suficiente para dar sua opinião:

- a) Nada
- b) Só um pouco
- c) Razoavelmente
- d) Muito.

3.4 Plano de análise de dados

Os dados vão ser analisados numa ótica quantitativa, utilizando-se de recursos do programa SPSS (versão 20.0). Este tipo de programa é talvez o mais amplamente usado para análise estatísticas nas ciências sociais, devido a sua vantagem de inserir, analisar dados quantitativos de várias formas e com grande rapidez mas também permite utilização de técnicas estatísticas mais complexas e frequentemente mais adequados. (Bryman e Cramer,1992).

Para além disso, vamos utilizar estatística descritiva para elaborar e analisar os dados. A estatística descritiva permite a apresentação sintetizada da informação e interpretação das relações mais importantes entre as variáveis. Recorreu-se também ao programa *Microsoft Office Excel* para a realização de gráficos.

IV CAPÍTULO- COMPARAÇÃO EMPÍRICA ENTRE CABO VERDE E MOÇAMBIQUE

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados dos dados atendendo aos objetivos definidos e as hipóteses formuladas.

4.1 Evolução das atitudes face à democracia em Cabo Verde e Moçambique numa perspectiva longitudinal

Quadro 4.1.1- Apoio à democracia em Cabo Verde e Moçambique, de 2002-2011/12 (%)

	Em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível				Não interessa o tipo de governo que temos				A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo			
	2002	2005	2008	2011-2012	2002	2005	2008	2011-2012	2002	2005	2008	2011-2012
Cabo Verde	8,4	4,8	6,3	6	13,9	8,7	5,1	9	65,5	69,6	79,1	81
Moçambique	15,7	10,6	15,5	11	10,1	9,3	11,9	12	53,9	56,1	58,8	63

Fonte: Afrobarómetro

Nota: A variável *apoio à democracia* está definida da seguinte forma: (1- *Em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível* 2- *Não interessa o tipo de governo que temos* 3- *A democracia é preferível a qualquer tipo de governo*)

(O inquerido deverá escolher apenas uma opção das três apresentadas)

Verificação da hipótese 1. A maioria dos cabo-verdianos e moçambicanos apoiam a democracia como a melhor forma de governo (apoio difuso) durante o período em análise. De facto a maioria dos cabo-verdianos e moçambicanos apoiam a democracia como melhor forma de governo em percentagens sempre superiores a 50%.

É consensual que o apoio público à democracia é necessário para o sucesso a longo prazo de uma sociedade democrática e do sistema político.

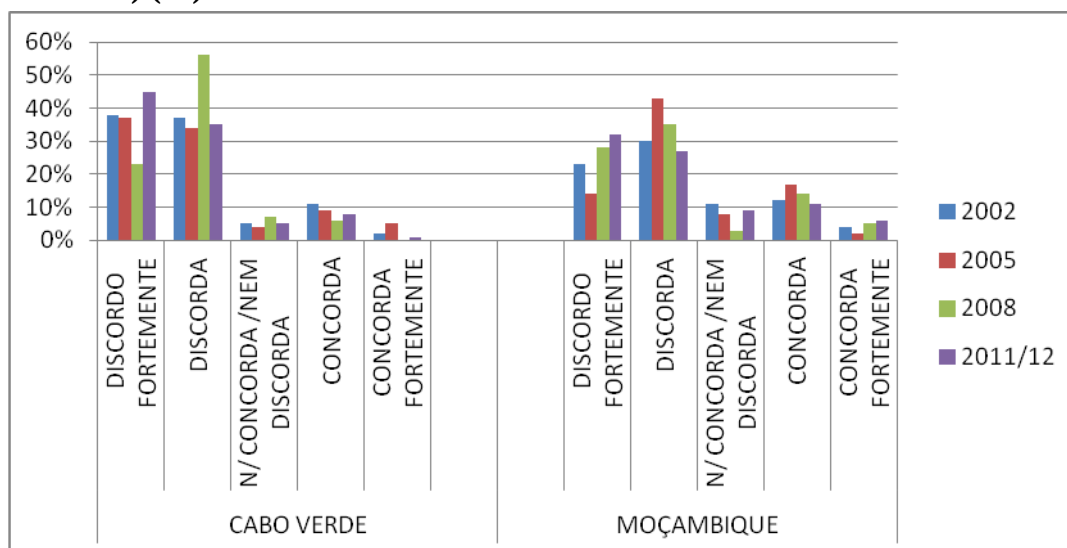
Podemos afirmar que os Cabo Verdeanos e os Moçambicanos escolheram a democracia como a forma de governo em que preferem viver. Comparando os dois países, poderemos verificar que, tanto no caso de Cabo Verde como no de Moçambique, existe uma grande percentagem de apoio à democracia, mas, no caso de Cabo Verde, o apoio é ainda maior (sempre superior a 65%). Este apoio é importante para a elaboração de leis democráticas e para a consolidação das suas instituições.

Observa-se uma evolução crescente do apoio, em 10 anos, expressa nos valores percentuais, uma vez que, em Cabo Verde, em 2002, 65,4 % apoiavam a democracia, e este valor aumentou para 81% em 2011. Já no caso de Moçambique em 2002, 53,9% apoiavam a democracia e em 2012 a percentagem aumentou para 63%.

Em Cabo Verde, em 2002, uma percentagem significativa manifestava alienação política, quase 14% dos inqueridos diz que não importa o tipo de governo que se tem, no entanto, em 2005 e em 2008, esta percentagem diminuiu. Já no caso de Moçambique a percentagem dos alienados políticos tem vindo a registar um pequeno aumento, e, em 2012, eram 12% dos inquiridos os que afirmavam não importar o tipo de governo que se tem.

No entanto, o apoio à democracia tem vindo a aumentar de ano para ano nestes dois países e um governo não democrático é cada vez mais rejeitado. A percentagem dos cidadãos que preferem um governo autoritário é minoritária, mas superior em Moçambique relativamente a Cabo Verde (ver Quadro 4.1.1 e Gráfico 1).

Gráfico 4.1 Rejeição do autoritarismo (Concorda que o país seja governado por Militares) (%)



Fonte: Afrobarómetro

Por vezes o apoio à democracia pode ser alto no início, mas com o passar dos anos ele tende a baixar, mas não foi o caso de Cabo Verde e de Moçambique; mesmo a com a diminuição da satisfação com o funcionamento da democracia em Moçambique (a partir de 2005) e a diminuição da confiança em algumas instituições (Ver quadros 4.1.2 e Quadro 4.1.5), o apoio difuso á democracia não baixou (Quadro 4.1.1). Portanto a

primeira parte da *hipótese 2* confirma-se, mas a segunda parte não, isto é, o apoio à democracia não diminui ao longo dos anos, tal como formulámos na hipótese 2.

Quadro 4.1.2. – Satisfação com o funcionamento da democracia em 2002-2012 (%)

Anos	Muito ou bastante satisfeito				Pouco ou nada satisfeito			
	2002	2005	2008	2012	2002	2005	2008	2012
Cabo Verde	33%	46,6%	44,3%	45%	60%	40,9%	46,6%	50%
Moçambique	54%	58,7%	46,9%	35%	34%	24,6%	41,2%	54%
Não respostas	7%	12,5%	9,1%	5%				
Cabo Verde								
Não respostas	12%	16,7%	11,9%	11%				
Moçambique								

Fonte: Afrobarómetro

A satisfação com o funcionamento da democracia tem vindo a diminuir, mais acentuadamente em Moçambique de 2005 para 2008 e deste último ano para 2012.

Isto leva- nos para *Hipótese 3*: é expectável que a satisfação com o funcionamento da democracia tenha vindo a diminuir nestes dois países, sendo essa diminuição mais pronunciada em Moçambique do que em Cabo Verde. De facto, os dados evidenciam que a satisfação com o funcionamento da democracia em Cabo Verde aumentou, passando dos 33% em 2002 para 46,6% em 2005, de 2005 para 2008 baixou um pouco, e em 2012 aumentou outra vez para 45%. Em Moçambique, a satisfação com o funcionamento da democracia diminui, a partir de 2005, passando de 58,7% para 35% em 2012. A nossa hipótese é confirmada para o caso de Moçambique mas não para o caso de Cabo Verde, onde se tem verificado estabilidade no apoio ao funcionamento da democracia, depois de um acréscimo inicial, de 2002 para 2005, muito significativo.

Pode haver várias explicações para que isso acontecesse no caso de Moçambique, como a desconfiança face aos partidos políticos, as constantes lutas entre os dois maiores partidos, o RENAMO e o FRELIMO, causando ameaças de instabilidade política e fortes perturbações económicas, e também por Moçambique ter passado por uma guerra civil que sempre deixa uma marca.

Uma outra explicação para estes resultados é que a satisfação com o funcionamento da democracia está relacionada com a situação económica e política do

país: se a situação for boa, os cidadãos podem estar mais satisfeitos e vice-versa. (Ver Quadro 4.1.3)

Quadro 4.1.3- Satisfação com o funcionamento democracia* e Avaliação da situação económica do país, Moçambique (coeficiente de correlação de Pearson)

Anos		Situação económica	Satisfação com o funcionamento da democracia
2002	Correlação de Pearson	1	0,233**
	N	956	1170
2005	Correlação de Pearson	1	0,211**
	N	963	1005
2008	Correlação de Pearson	1	0,186**
	Sig. (2extremidades)		
	N	1071	1026
2012	Correlação de Pearson	1	0,228**
	N	2196	2109

Fonte: Afrobarómetro

Nota:1 **. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

*Ver Quadro 4.1.2

Nota : 2 A avaliação da Situação económica varia numa escala de 1a 5 (1- Muito má 2- Má 3- Nem boa Nem má 4- Boa 5- Muito boa)

No caso de Moçambique, pode-se dizer que existe uma relação directa entre as duas variáveis, satisfação com funcionamento da democracia e situação económica do país e com alto grau de probabilidade, em todos os anos, 2002, 2008, 2005 e 2012 (ver Quadro 4.1.3). A correlação é positiva e o coeficiente de correlação de Pearson é significativo. Este resultado vai ao encontro das nossas hipóteses.

Quadro 4.1.4- Satisfação com o funcionamento democracia* e avaliação económica do país, Cabo Verde (Coeficiente de correlação de Pearson)

Anos	Variáveis	Situação económica	Satisfação com o funcionamento da democracia
2002	Correlação de Pearson	1	0,138**
	N	906	1151
2005	Correlação de Pearson	1	0,192**
	N	1101	1068
2008	Correlação de Pearson	1	0,224**
	N	1178	1157
2012	Correlação de Pearson	1	0,208**
	N	1161	1138

Fonte: Afrobarómetro

Nota: **. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

*Ver Quadro 4.1.2

Nota 1: A avaliação da situação económica varia numa escala de 1 a 5 (1- Muito má 2- Má 3- Nem boa Nem má 4- Boa 5- Muito boa)

No caso de Cabo Verde, também pode-se dizer que existe uma relação directa entre as duas variáveis, satisfação com funcionamento da democracia e situação económica do país e com alto grau de probabilidade, em todos os anos 2002, 2005, 2008 e 2012 (ver Quadro 4.1.4). A correlação é positiva e o coeficiente de correlação de Pearson é significativo. Este resultado vai ao encontro das nossas hipóteses.

Quadro 4.1.5- Confiança nas instituições, em Cabo Verde e Moçambique, de 2002 a 2012 (agregação das posições “confia” e “confia muito”)

Países	Instituições	2002/3	2005/6	2008/9	2011/12
CABO VERDE	Presidente Da República	23%	47%	45%	66%
	Parlamento Nacional	22%	47%	35%	58%
	Partidos da Oposição	21%	46%	38%	54%
	Polícia	36%	39%	46%	60%
	Tribunais	43%	65%	50%	69%
MOÇAMBIQUE	Presidente Da República	74%	81%	77%	73%
	Parlamento Nacional	54%	75%	70%	61%
	Partidos da Oposição	24%	35%	18%	30%
	Polícia	50%	72%	59%	65%
	Tribunais	59%	74%	70%	62%

Fonte: Afrobarómetro

A confiança nas instituições cresceu genericamente de 2002 para 2012, com uma ou outra oscilação, para o caso de Cabo Verde. Já em Moçambique a confiança no Presidente da República e no Parlamento tem vindo a decrescer desde 2005/6, apesar dos valores continuarem altos (Quadro 4.1.5).

Para as atitudes face à democracia em geral, é importante que exista um apoio firme das instituições que compõe qualquer sistema político. As instituições importam e são um elemento central dentro de qualquer democracia. Como já se referiu anteriormente, nos últimos anos tem-se assistido a um declínio de confiança nas instituições políticas em muitos países, tanto em democracias consolidadas como em novas democracias.

No que diz respeito à confiança no Presidente da República, ela vai variando consoante os anos e o país, no caso de Cabo Verde em 2002 a confiança era muito baixa 22% apenas, em 2005 verificou-se uma subida para 47%, manteve-se quase o mesmo valor em 2008, e em 2011 registou-se uma subida de quase 10%, ou seja, 66% dos Cabo-Verdianos confiavam no Presidente da República.

Em relação a Moçambique, a confiança no Presidente da República é elevada, uma vez que em 2002 era de 74%, em 2005 passou para 81%, no entanto, houve uma diminuição da confiança entre 2008 e 2012, com as percentagens a descerem de 77% para 73%.

Os moçambicanos são muito propensos a expressar confiança, mas também muito passíveis de confiar totalmente em seus líderes políticos, por exemplo, em 2005, oito em cada dez dos inqueridos disseram confiar no presidente, isto poderá dever-se ao baixo nível de educação em Moçambique, que é o mais baixo no sul de África, e também devido ao facto de os moçambicanos terem uma baixa taxa de acesso e utilização dos meios de comunicação formal de notícias (Mattes e Shenga 2013). A confiança no Parlamento nacional foi aumentando em quase todos os países, em Cabo Verde em 10 anos a confiança passou de 22% para 58%, já em Moçambique houve diminuição da confiança a partir de 2005.

Alguns autores afirmam que os altos níveis de confiança dos moçambicanos nas instituições é um exagero acrítico. Segundo Mattes e Shenga (2013) uma das causas que faz com que os moçambicanos exagerem ou acusem altos níveis de confiança nas instituições formais está relacionado com o facto de viverem num contexto de baixo nível de informação, e o medo político e a intimidação política perduram desde os 16 longos anos de guerra civil, a que se seguiu o domínio eleitoral absoluto do partido da FRELIMO.

A confiança nos partidos da oposição é muito baixa em Moçambique, já em Cabo Verde, em 2012, mais de metade confiavam nos partidos da oposição (ver Quadro 4.1.5).

Os partidos da oposição são os que recebem menor confiança relativamente às outras instituições, o pode significar que a confiança depositada é baseada no desempenho. Ora, em Cabo Verde, no período indicado, os partidos de oposição já passaram anteriormente pelo Governo, ao contrário de Moçambique em que a Frelimo ganhou todas as eleições.

A Polícia é uma das instituições onde existe uma confiança razoável. Em Cabo Verde no ano 2002 a percentagem também era muito baixo mas foi aumentando e em 2011, 60% dos cidadãos confiavam na Polícia.

A confiança nos tribunais aumentou, em 10 anos, perto da maioria dos cidadãos tem confiança nos tribunais, sendo que as maiores subidas registaram-se no ano 2005 e de 2008.

A baixa confiança nos partidos políticos em Moçambique deve-se à luta constante entre os dois maiores partidos RENAMO e FRELIMO, que, apesar de assinarem acordos de paz para acabar com guerra, continuaram sempre a confrontar-se, gerando um clima de instabilidade.

4.2 Atitudes face a democracia e a situação económica e política

As condições económicas e políticas podem também afetar as atitudes face à democracia. Se a situação económica ou o desempenho político não for bom as pessoas tendem a apoiar menos a democracia. Espera-se que os que avaliam mais negativamente a situação política e económica apoiem menos a democracia (*Hipótese 5*).

Para ver se as duas variáveis apoio à democracia e avaliação da situação económica do país estão relacionados, iremos calcular o coeficiente Rho de Spearman, é uma correlação não – paramétrica, ou seja, não requer que relação entre duas variáveis seja linear, nem que as variáveis sejam quantitativas.

Quadro 4.2.1- Avaliação da situação económica do país e apoio à democracia, em Cabo Verde e em Moçambique (Coeficiente de correlação Rho de Spearman)

	País	Cabo Verde	Moçambique
--	------	------------	------------

Anos		Situação Económica	Apoio à Democracia	Situação Económica	Apoio à Democracia
2002	Correlação Rho de Spearman	1	0,002	1	-0,056
	N	1111	1079	1125	1074
2005	Correlação Rho de Spearman	1	0,056	1	0,046
	N	1033	1020	910	871
2008	Correlação Rho de Spearman	1	0,103**	1	0,056
	N	1145	1125	1034	992
2012	Correlação Rho de Spearman	1	0,049	1	0,056*
	N	1186	1161	2069	2002

Nota: 1**. A correlação é significativa no nível 0,01

Nota: 2**. A correlação é significativa no nível 0,05

Nota 3: Situação económica varia numa escala de 1 a 5 (1- Muito má 2- Má 3- Nem boa Nem má 4- Boa 5- Muito boa)

Nota 4: A variável apoio à democracia está definida da seguinte forma: (1- Em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível 2- Não interessa o tipo de governo que temos 3- A democracia é preferível a qualquer tipo de governo)

No caso de Moçambique, pode-se dizer que não existe uma relação directa entre as duas variáveis, apoio á democracia e situação económica do país, pois só em 2012 é que a correlação tem algum significado estatístico, mas com coeficiente muito baixo (ver Quadro 4.2.1). Assim podemos afirmar que, genericamente, não foi confirmada a hipótese para o caso de Moçambique.

Para o caso de Cabo Verde, existe uma relação entre as duas variáveis, apoio á democracia e situação económica do país e com alto grau de probabilidade, mas só em 2008, isto é, só neste caso a nossa hipótese é confirmada.

4.3 Apoio a democracia segundo faixa etária e grau de instrução

A literatura diz que os mais instruídos tendem a apoiar mais a democracia, sendo que quanto mais alto a educação é mais provável que rejeite alternativas antidemocráticas. Pretende-se, ainda, saber se os mais novos apoiam mais a democracia, ou não. Na

Hipótese 4: Espera-se que os mais instruídos e os mais novos apoiem mais a democracia, nos dois países.

Quadro 4.3.1 – Escolaridade e Apoio a democracia, em Cabo Verde e em Moçambique (Coeficiente de correlação Rho de Spearman)

	País	Cabo Verde		Moçambique	
Anos		Escolaridade	Apoio à democracia	Escolaridade	Apoio à democracia
2002	Correlação Rho de Spearman	1	0,102**	1	-0,009
	N	1111	1109	1125	1111
2005	Correlação Rho de Spearman	1	0,085**	1	0,059
	N	1053	1049	910	896
2008	Correlação Rho de Spearman	1	0,140**	1	0,047
	N	1145	1142	1034	1031
2012	Correlação Rho de Spearman	1	0,070*	1	0,030
	N	1186	1183	2069	2062

Nota: 1 **. A correlação é significativa no nível 0,01

Nota: 2 *. A correlação é significativa no nível 0,05

Nota:3 A variável apoio à democracia está definida da seguinte forma: (1- *Em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível* 2- *Não interessa o tipo de governo que temos* 3- *A democracia é preferível a qualquer tipo de governo*)

Nota: 4 A Variável escolaridade está esta definida da seguinte forma (0-Nenhuma escolaridade 1- *Escola formal*, 2-*Escola primária completa* 3-*Escola primária incompleta* 4-*Escola secundária completa* 5- *Escola secundária incompleta* 6- *Qualificações pós secundária* 7-*Estudos universitários completos* 8- *Estudos universitários incompletos* 9- *Pós- Graduação*)

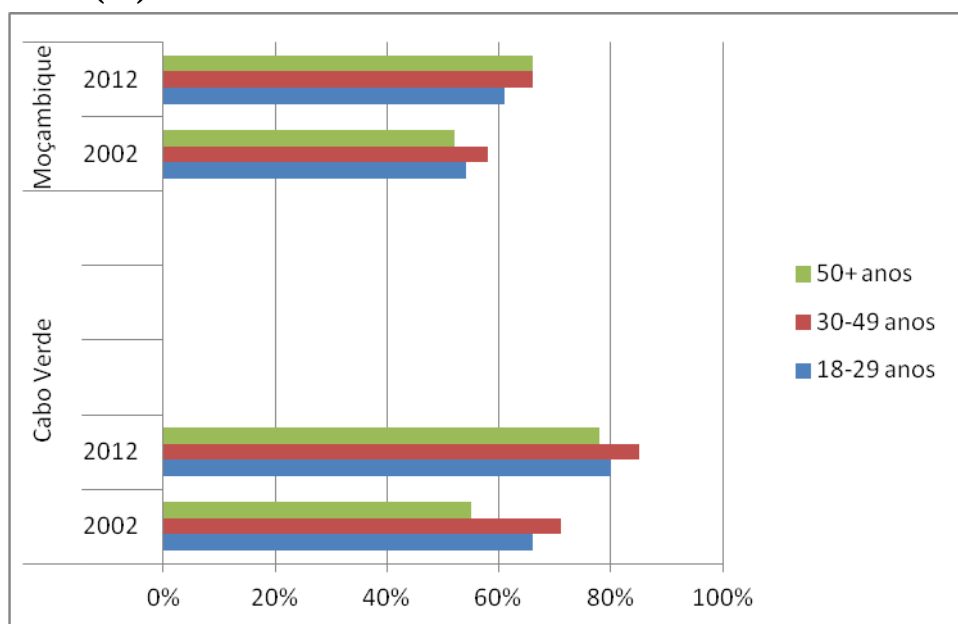
Para o caso Moçambique, pode-se dizer que não existe uma relação directa entre as duas variáveis, apoio á democracia e escolaridade (ver Quadro 4.3.1).

No caso de Cabo Verde, existe uma relação directa entre as duas variáveis, apoio á democracia e escolaridade, para todos os anos 2002,2005, 2008 e 2012 com significado estatístico, sendo a correlação positiva, o que vai ao encontro das nossas hipóteses.

No que diz respeito à questão de saber se os mais novos apoiem mais a democracia, os números não variam muito, tanto os mais novos como os mais velhos apresentam quase os mesmos valores. Em 2002 a faixa etária que mais apoiava a

democracia é dos 30-49 anos, quer para Moçambique quer para Cabo Verde. Já em 2012 a faixa etária que mais apoiam a democracia em Cabo Verde era também a faixa etária dos 30-49 anos, em Moçambique a faixa que mais apoiam a democracia é dos 30-49 e 50+ anos. (ver Gráfico 4.3.1)

Gráfico 4.3.1 – Idade e Apoio á democracia*, em Cabo Verde e Moçambique, 2002 e 2012(%)

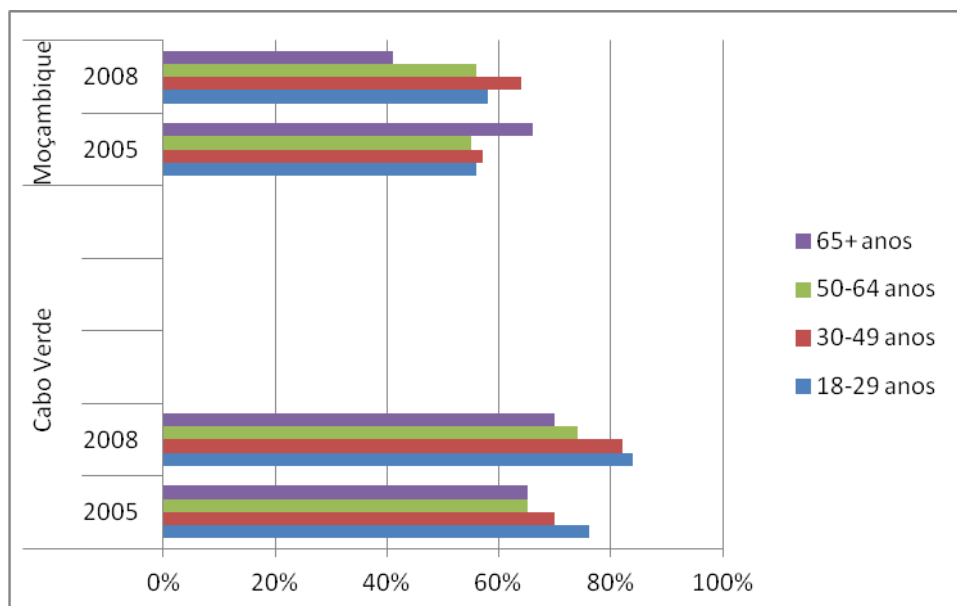


* A democracia é preferível a qualquer tipo de governo

Fonte: Afrobarómetro

Em 2005 e 2008 a faixa etária que mais apoiam a democracia em Cabo Verde é a faixa dos 18-29 anos, já em Moçambique a faixa etária que mais apoiam a democracia é a faixa dos 65+ anos para o ano 2005 a faixa dos 30-49 anos. Em Moçambique os mais velhos sempre apoiaram mais a democracia, como explicação para este resultado, poderíamos dizer que os mais velhos viveram um período diferente em Moçambique, a independência, a guerra civil, enquanto os mais novos não viveram este período (ver gráfico 4.3.2)

Gráfico 4.3.2 – Idade e Apoio á democracia*, em Cabo Verde e Moçambique, 2005 e 2008(%)



* A democracia é preferível a qualquer tipo de governo

Fonte: Afrobarómetro

4.4 Apoio à democracia e interesse pela política

Quanto mais interessado estiverem os cidadãos pela política, maior é a probabilidade de apoiarem mais a democracia. Na *Hipótese 6* - Espera-se que os que se interessam mais pela política apoiem mais a democracia.

Quadro 4.4.1 Interesse pela política e Apoio a democracia, em Cabo Verde e em Moçambique (Coeficiente de correlação Rho de Spearman)

	País	Cabo Verde		Moçambique	
Anos		Discussão da política	Apoio à democracia	Discussão da política	Apoio à democracia
2002	Correlação Rho de Spearman N	1 1111	0,152** 1104	1 1125	0,020 1096
2005	Correlação Rho de Spearman N	1 1053	0,087** 1040	1 910	- 0,078* 875
2008	Correlação Rho de Spearman N	1 1145	0,067* 1133	1 1034	0,035 1006
2012	Correlação Rho de Spearman N	1 1186	0,090** 1179	1 2069	0,022 2021

Nota: 1 **. A correlação é significativa no nível 0,01

Nota:2 *. A correlação é significativa no nível 0,05

Nota: 3 *Discussão da política varia numa escala de 0 a 4 para o ano 2002 (0- Não, nunca faço isso 1- Não, mas fazia isso se tivesse uma chance 2- Sim, uma vez ou outra 3- Sim, muitas vezes 4- Sim sempre) e para os restantes anos, 2005,2008 e 2012 varia numa escala de 0 a 2 (0-Nunca 1- Ocasionalmente 2- Frequentemente)*

Nota: 4 *A variável apoio à democracia está definida da seguinte forma: (1- Em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível 2- Não interessa o tipo de governo que temos 3- A democracia é preferível a qualquer tipo de governo)*

No que diz respeito, á relação entre a variável discussão da política e apoio à democracia, verifica-se que em Cabo Verde, existe uma relação entre as duas variáveis com alto grau de probabilidade para todos os anos em estudo (exceto 2008), sendo a correlação positiva, embora o coeficiente seja genericamente baixo, o que vai ao encontro da nossa hipótese (ver Quadro4.4.1). Já para o caso de Moçambique, podemos dizer que essa relação não se manifesta, pois só em 2005 existe alguma probabilidade de associação, mas com coeficiente de correlação é negativo, apesar de ser muito baixo. Neste caso a nossa hipótese não tem confirmação empírica.

Ainda quanto as variáveis independentes que explicam as atitudes face à democracia, observa-se em relação ao género, como se vê no quadro (4.4.4), que os homens apoiam mais a democracia do que a mulheres mas por uma diferença não muito larga.

Quadro 4.4.2- Apoio à democracia(difuso) e género, em Cabo Verde e Moçambique, 2002, 2005, 2008 e 2012 (N e %)

		Masculino				Feminino			
Moçambique	Género	2002	2005	2008	2012	2002	2005	2008	2012
		403	386	325	828	352	386	380	672
	N								
		53,4	57,4	53,9	55,2%	46,6	42,6	46,1	44,8%
	Democracia é preferível a qualquer tipo de governo								
Cabo Verde	N	446	421	436	505	383	360	564	477
		53,8	53,9	43,6	51,4%	46,2	46,1	56,4	48,6%
	Democracia é preferível a qualquer tipo de governo								

Fonte: Afrobarómetro

Só em 2008 para o caso de Cabo Verde, é que as mulheres apoiam mais a democracia do que os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a democracia e os desafios que se colocam, não se limita apenas a alguns países, mas regista-se em todo mundo, uma vez que mesmo nas democracias mais estáveis há um certo “mal-estar” e insatisfação com o funcionamento da democracia. Para muitos, os desafios que a democracia tem de enfrentar hoje são muito diferentes daqueles que tinha de enfrentar há algumas décadas.

Com a globalização, a crise económica, e novos espaços de cidadania e os direitos, debater a democracia é cada vez mais importante.

As atitudes dos cidadãos face à democracia continua a ser um factor fundamental no funcionamento da democracia. Uma vez que as instituições democráticas são uma componente essencial do sistema democrático, o que os cidadãos pensam sobre a democracia e as suas instituições constituem o suporte deste sistema.

O objetivo desta dissertação consistiu em analisar as atitudes dos cidadãos face à democracia após a transição democrática, sobretudo o apoio e a satisfação com a democracia.

Os dados sobre as atitudes dos cabo-verdianos e moçambicanos face a democracia permitem tirar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, o apoio à democracia é muito mais amplo em Cabo Verde do que em Moçambique, sendo que este último apresenta valores mais baixos em África em comparação com outros países. Em Cabo Verde no último inquérito em 2011/2012, 81% dos inqueridos consideram a democracia preferível a qualquer outra forma de governo, enquanto, que em Moçambique, a percentagem dos que apoiavam a democracia era de 63%.

Em segundo lugar, a satisfação com o funcionamento da democracia tem vindo a aumentar em Cabo Verde, já em Moçambique tem vindo a diminuir a partir de 2005.

Em terceiro lugar, no que diz respeito a confiança nas instituições verifica-se que a confiança é mais elevado em Moçambique do que em Cabo Verde. O estudo da confiança nas instituições democráticas e políticas nestes dois países ainda tem muito para se analisar de forma a compreender a cultura política.

Em quarto lugar, conclui-se que avaliação da situação económica do país está relacionada com apoio à democracia, em Cabo Verde no ano 2008 e em Moçambique no ano 2012.

Em quinto lugar, sobre a idade verifica-se que, os mais velhos apoiem mais a democracia em Moçambique, em todos os anos do estudo, em Cabo Verde os mais velhos apoiaram mais a democracia em 2002 e 2012 e os mais novos apoiaram mais a democracia em 2005 e 2008. Ainda no que diz respeito ao género, os homens apresentam maior taxa de apoio à democracia do que as mulheres.

Em sexto lugar, no que diz respeito ao interesse pela política e apoio à democracia, os dados mostram, que estas duas variáveis estão relacionadas, apenas para o caso Cabo Verde, para todos os anos em estudo e em Moçambique não existe a relação entre as variáveis, com exceção do ano 2005 que a correlação é negativa. E sobre a escolaridade, os dados comprovam claramente a nossa hipótese apenas para o caso de Cabo Verde, já para o caso de Moçambique a relação não se manifesta.

Este estudo constitui apenas um contributo para o conhecimento das atitudes face à democracia. Dada a pertinência do tema crê-se que ainda a muito para investigar, de forma a compreender esta componente da cultura política.

BIBLIOGRAFIA

ALMOND, G.; Verba, S. (1965) *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Little Brown.

ANDERSON, Christopher J., and Christine A. Guillory. (1997) "Political Institutions and Satisfaction with Democracy: A Cross-National Analysis of Consensus and Majoritarian Systems." *American Political Science Review* 91 (March): 66-81.

ALCÁNTARA, M; Corral, M. (2009) The Meaning of Democracy among Latin American Legislators- Paper prepared for delivery at the meeting "Opiniones de la Élite Parlamentaria y de los Ciudadanos en América Latina" in Salamanca, December 12-13. It has been elaborated under the research project: "Calidad y profesionalización de la política en América Latina", funded by Ministerio de Ciencia e Innovación.

BRATTON, M; Mattes, Robert (2000) "*Support for democracy in Africa: intrinsic and instrumental*" IDASA

BRATTON, M; MATTES, R; Gyimah-Boadi, E. (2005) *Public opinion and market reform in Africa*, New York, Cambridge University Press 72-84

BRYMAN, A.; CRAMER, D. (1992) Análise de dados em Ciências Sociais: Introdução às técnicas utilizando o SPSS, Celta Edições, Oeiras

CANACHE, Damarys, Jeffrey J. Mondak, and Mitchell A. Seligson, (2001) "Meaning and Measurement in Cross-National Research on Satisfaction with Democracy." *Public Opinion Quarterly* 65: 506-528

DALTON, R.J. (2004) *Democratic Challenges, democratic choices*. Oxford University Press

DALTON, Russell (1999) "Political Support in Advanced Industrial Democracies." in *Critical Citizens*, edited by Pippa Norris. New York, NY: Oxford University Press, 57-78.

DALTON, Russell, Doh C. Shin, and Willy Jou. (2007). "Understanding Democracy": Data from Unlikely Places, *Journal of Democracy* 18:142-156.

DIAMOND, L. (2001). How people view democracy: Findings from public opinion surveys in four regions. Paper presented at the Stanford seminar on democratization, January

EASTON, David. (1965) *A systems analysis of political life*. New York: Wiley and sons.

ECKSTEIN, H. (1966). *A Theory of Stable Democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press

ÉVORA, Roselma, (2009) Poder legislativo no regime democrático em Cabo Verde, Tese de doutoramento, Universidade Brasília.

FREIRE, André, (2003) “Desempenho Da Democracia E Reformas Políticas- O caso português em perspectiva comparada”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 133-160

FUCHUS, D., Roller, E (2006) Learned democracy? Support democracy in Central and Eastern Europe, *International Journal of Sociology* vol. 36 no, 3, 70-90

FORTIN, M.F (1999) *O processo da investigação: Da concepção á realização*, Lusociência, Loures.

GUNTHER, R. and Montero, J. R, (2000) “Legitimacy, Satisfaction and Disaffection in New Democracies”. Paper presented to the conference Political Disaffection in the European Democracies, Santiago de Compostela.

GUNTHER, R. and Montero, J. R (2004) “*Attitudes toward democracy in seven countries: dimensional structure and behavioral* “, University of Strathclyde.

GAISER, W. et al. Youth and democracy in Germany. *Journal of Youth Studies*. vol. 6, nº 3, p. 295-316, 2003.

HUNTINGTON, S.P. (1991). *The Third Wave*. Norman: University of Oklahoma Press

INGLEHART, R. C. Welzel (2003) “Political Culture and Democracy: Analyzing Cross level Linkages, *Comparative Politics* 36 (1): 61-79, from JSTOR database

LINZ, J.J; Stepan, A (1999) “*A Transição e consolidação da democracia: a Experiência do sul da Europa e da América do Sul*”. São Paulo: Paz e Terra

LIJPHART, Arend (1971). Comparative politics and the comparative method in *American Political Science Review* 65 (3): 682–693.

MACEDO, B. Jorge; Perreira, B. Luís (2010) Brief 80: Cape Verde and Mozambique as development successes in west and Southern Africa, in NBER Working 16552, November.

MAGALHÃES, C. Pedro, (2003) A confiança nos parlamentos nacionais: regras institucionais, representação e responsabilização política, in *Análise Social*, V. XXXVIII.

MATTES, R.; BRATTON, M. (2007) Learning about democracy in Africa: Awareness, performance, and experience, *American Journal of Political Science*, 192-217

MATTES, Robert e Shenga, Carlos. (2013) Uncritical citizenship: Mozambicans in comparative perspective, in Michael Bratton(editor) *Voting and Democratic Citizenship in Africa*. Lynne Rienner publisher, pp 159-178

MCALLISTER, Ian (1999) The economic performance of governments, in NORRIS, Pippa(org) (1999) *Critical citizens: global support for democratic government*” Oxford: Oxford University Press.

MONTERO J.; Gunther, R.; Torcal, M. (1998) “Actitudes hacia la democracia en España: legitimidad, descontento y desafección”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. n. 83, p. 9-40

MISHLER, William and Richard Rose (1996) “*Trajectories of Fear and Hope-Support for Democracy in Post-Communist Europe*”, *Comparative Political Studies* 28:553-581.

MISHLER, William, & Richard Rose. (1997). Trust, Distrust and Skepticism: Popular Evaluations of Civil and Political Institutions in Post-Communist Societies. *Journal of Politics* 59 (May): 418-451

MOISÉS, A.J.; Carneiro P.G, (2008) Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime - o caso do Brasil, in *Opinião. Pública* vol.14 no.1 Campinas

NORRIS, Pippa (ed.) (1999) “*Critical citizens: global support for democratic government*” Oxford: Oxford University Press.

PORTA, Della, D. (2003) “*Introdução a Ciência Política*”, Editorial Estampa, Lisboa.

PUTNAM, R. (2000) *Disaffected Democracies: What’s Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton Univ. Press

POWER, T. e Jamison, G. (2005) Desconfiança política na América Latina, in *Opinião Pública*, Campinas, V. XI, nº 1

QUIVY, R., Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva

SANCHES, Edalina (2010) *O Processo de Institucionalização do Sistema de Partidos*

SHENGA, C., Muendane, Elísio e Custódio P. (2013) Indicadores da democracia em Moçambique: Perspectivas Públicas, CPGD, Working nº 4

TOMAZ, N.C.Elisabete, (2013) Políticas de desenvolvimento e cultura em pequenas e médias cidades europeias: Questões metodológicas na análise comparativa de estudos de caso, Working Paper N.º 148 - CIES

TOLLENAERE, Marc de, (2006) Apoio a democratização a Moçambique pós-conflito: intenções e resultados. Netherlands Institute of International Relations Clingendael, 2006.

VALA, José (1993) “Atitudes dos estudantes universitários face às novas tecnologias de informação: construção de um modelo de análise”, in *Análise Social*, vol. XXVIII (122)

WELZEL, Christian (2007) “Are levels of democracy affected by mass attitudes? Testing attainment and sustainment effects on democracy”, in *International political science Review*, vol. 28, nº 4, 397-424

WARREN, M. (1999) *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge Univ. Press

FONTES:

Afrobarómetro - www.afrobarometer.org

Infopédia - www.infopédia.pt

Freedom House- www.freedomhouse.org

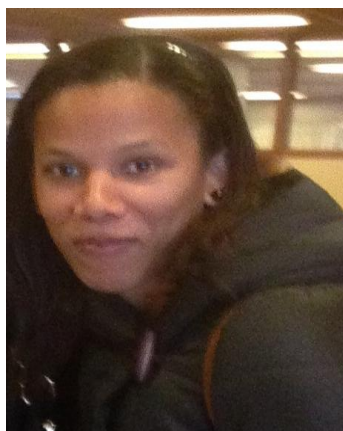
Economist Intelligence Unit - www.eiu.com/index.asp

African Elections- www.africanelections.tripod.com

Currículo Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL

Carla Djamila Marques Fernandes



📍 Praceta Aquilino Ribeiro nº 2, 3dto, Baixa da Banheira, Moita

☎ 212091213 📠 963673228

✉ cdmfernandes@gmail.com



Sexo Feminino | Data de nascimento 17/11/1985 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Operadora de call center
- Auxiliar de loja

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- Licenciatura Sociologia – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
De 2009-2012, Média 14 valores

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Capacidade de adaptação, espírito de equipa, forte sentido de responsabilidade

LÍNGUA MATERNA Português

OUTRAS LÍNGUAS

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	B1	B1	B1	B1	B1
Francês	A1	A1	A1	A1	A1

Níveis: A1/2: Utilizador básico - B1/2 utilizador independente - C1/2: utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS

- Sentido de organização
- Gosto por uma aprendizagem contínua

COMPETÊNCIAS INFORMÁTICAS

- Domínio do software (Word, Excel, Power point,)
- Navegação e pesquisa em internet

CARTA DE CONDUÇÃO Categoria B